

A ÉTICA DA INDIVIDUAÇÃO:

UM ESTUDO SOBRE A ÉTICA DO PONTO DE VISTA DA PSICOLOGIA JUNGUIANA

ZILDA MARENGO PIACENTI GORRESIO

*O homem é uma síntese de infinito
e finito, de temporal e de eterno,
de liberdade e necessidade...*

Kierkgaard

Assim coloca Jung no seu artigo intitulado, “*A consciência na visão psicológica*”: “Quando examinamos do ponto de vista psicológico, o conceito e o fenômeno ético apresentam duas situações distintas: de um lado, a lembrança dos e a admoestação pelos costumes (mores) e, de outro, o conflito de deveres e sua solução através da criação de um terceiro critério. Aquele é o aspecto moral e este o aspecto ético do ato de consciência.”¹

Jung trabalha a questão da moral e da ética fazendo uma clara distinção entre elas, como mostra o parágrafo acima. Ele descreve dois aspectos da consciência. Um é adquirido através da aprendizagem dos códigos morais sociais e religiosos, o que poderíamos chamar de superego. Mas como Jung ampliou a noção de inconsciente, não sendo este apenas

Zilda Marengo Piacenti Gorresio é psicóloga e mestranda em Filosofia na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

pessoal, e sim coletivo, há outro aspecto da consciência, mais essencial a ela mesma, como diz Jung: “O fenômeno da consciência em si mesmo não coincide com o código moral, sendo-lhe anterior e transcendendo-lhe o conteúdo...”.² O que Jung quis dizer com isso é que o fato de podermos assimilar certos princípios morais, isto se deve à faculdade psicológica da própria consciência, ou seja, à *capacidade inata de sentirmos culpa*. Esta se traduz como a “Vox Dei”, a voz de auto-orientação, uma atividade auto-reguladora e auto-dinamizadora da psique.

Exposto dessa forma parece ser simples e fácil para o ego ser ético, bastando a este seguir a inata voz interior. Mas é justamente aí que reside o problema, pois sendo a consciência na sua totalidade o aspecto de auto-direção da psique, a voz do Si-Mesmo, ou Self, como Jung denominou esta atividade da psique, só muito raramente concorda com os padrões superegóticos. Como disse, só às vezes concorda, pois somos expostos constantemente ao conflito entre seguir a voz interior, ou obedecer aos padrões coletivos, ou seja, somos expostos a conflitos de deveres. E quando isso ocorre, somos levados ao conflito de nossos próprios valores de indivíduo face aos valores morais coletivos. Somos “chamados” a nos *indivduar*. Os conflitos de deveres são marcos no caminho da individuação, pois “nada amplia mais a consciência do que essa confrontação dos antagonismos internos”.³

O conceito de individuação ou o *principium individuationis* como algumas vezes é chamado, tem uma longa história dentro do pensamento filosófico. Suas origens podem ser rastreadas até o filósofo neoplatônico romano Plotino (205-62 d.C.). Jung foi um grande conhecedor de toda essa longa história do conceito de individuação no pensamento filosófico. No entanto, tal conceito de individuação em seu pensamento nasceu de um sentimento de crise histórica. No seu livro *Tipos psicológicos*, num capítulo sobre Schiller, ele discute o problema do homem moderno quanto à especialização, fragmentação, unilateralidade e alienação. Jung via o homem moderno em desarmonia interior e alienação do si mesmo (Self).⁴

A individuação para Jung é entendida como a grande jornada do ego na busca e no aumento da consciência do Si-mesmo. A essência da individuação consiste no “conhecer-se a si mesmo”. Mas o que é o *Si-Mesmo*? Para Jung, o Si-Mesmo é “a soma total dos conteúdos conscientes e inconscientes”, portanto individuar-se significa a realização consciente do potencial de cada um. Nas palavras de Jung, individuar-se é “o melhor desenvolvimento possível da totalidade de um indivíduo determinado. (...) Requer-se para tanto a vida inteira de uma pessoa, em todos seus

aspectos biológicos, sociais e psíquicos. (...) personalidade é a realização máxima da índole inata e específica de um ser vivo em particular. Personalidade é a obra a que se chega pela máxima coragem de viver, pela afirmação absoluta do ser individual...”⁵

Isso significa dizer sim a si mesmo, e dizer sim a si mesmo implica, necessariamente, na ativa colaboração de um ego consciente capaz de fazer opções responsáveis, o que exige muito mais que a mera observância das exigências dos padrões morais coletivos. A totalidade do ser humano se desenvolve pela capacidade de suportar conflitos, e na solução deles por uma decisão voluntária e por uma aceitação consciente. A individuação não acontece automaticamente, mas antes, é uma questão de opções éticas e vontade. Vontade esta que Jung entendeu como força que facilita a emergência de todas as dimensões da vida psíquica na consciência. Estas se representam sob a forma de emoções, imagens e fantasias que, integradas à consciência, levam o homem à sua totalidade.

Em 1916, Jung deu nome a esse processo de “Função Transcendente”, que consiste numa espécie de diálogo entre o consciente e o inconsciente levado a efeito através de imagens, onde se chega a um terceiro elemento, o *símbolo*, como fator que reúne os opostos. Isso significa levar em consideração e respeitar as imagens e impulsos que surgem do inconsciente da natureza mais profunda.

O *ethos* para Jung, portanto, residiria num terceiro ponto, que nasce da sustentação dos opostos e que se propõe como símbolo, no sentido exato da palavra, originária do grego, resultante da combinação *Sym+bolom*, significando *aquilo que é colocado junto*”, um produto autônomo do inconsciente, e que o ego deverá corajosamente seguir. Nisto consiste a ética da individuação, *ou seja, na ação do ego que se propõe a uma acurada observação do “sinais” (símbolos) e a uma fidelidade para com eles*. Portanto, numa ação reflexiva, isto é, no entendimento consciente de onde pode nascer uma nova posição ética, que se afasta, da unilateralidade moral exterior.

Como coloca Jung: “Aqui (diante do conflito de deveres), somente a força criadora do *ethos*, que representa a pessoa inteira, pode dar a decisão final. Como todas as faculdades criativas do homem, também o *ethos*, emana de duas fontes: da consciência, por um lado, e do inconsciente, por outro. O “ethos” é uma instância especial daquilo que chamamos “função transcendente”, ou seja, um entendimento e cooperação entre fatores conscientes e inconscientes, expressos na linguagem religiosa como a razão e a graça.”

Sendo assim, a decisão do conflito de deveres deve ser extraída, também, das profundidades da alma, das águas escuras do inconsciente. Para que possamos ser éticos, devemos incluir o nosso outro lado, e não nos resolvermos por uma decisão cômoda, isto é, pela supressão do oposto, acomodando-nos aos códigos morais e extirpando um lado de nós mesmos. A solução criadora só se dá quando incluimos o outro lado, o que faz constelar o símbolo, que “possui tal autoridade impeditiva que pode ser caracterizada com razão como *Vox Dei*.”

Com tudo isso, o que Jung quer dizer é que o fenômeno da consciência ou ético, é um fenômeno que se estende a tudo que se encontra além do ego, aponta para o domínio da realidade psíquica transcendente, esse profundo interior que se encontra além do nível fenomênico das coisas. É este aspecto de “algo além” do ego, não importa como o chamemos, quer seja Deus, Self, Daimon, Voz interior ou Homem-Superior. E não importa onde o coloquemos, quer dentro de nós, nas alturas ou nas profundezas, é ele quem orienta o impulso ético, portanto, poderíamos chamá-lo de impulso moral do processo de individuação. Segundo Jung, o Self é o impulso e a condição da formação das imagens que organiza os acontecimentos inconscientes. Ele é o fator dinamizador da psique.

A individuação é a realização da totalidade na vida que se dá pelo confronto entre o “ego” e o “self”. Neste confronto, o ego parece derrotado diante da perspectiva da preponderância do “self”, essa autoridade supra-ordenada ao ego. Essa questão remete-nos, necessariamente, à velha questão da liberdade humana. Sem a liberdade a individuação seria um mero mecanismo sem sentido, uma fatalidade e não uma realização. Mas se houvesse uma liberdade absoluta ela também seria uma fatalidade, já que não haveria nenhum conflito por parte do ego, algo além dele que se opusesse forçando-o a tomar decisões. “Como em todas as questões que confinam com o transcendente, a única resposta que a psicologia pode dar a esta questão (da liberdade e da destinação), é uma resposta contraditória: o homem é livre e não é livre.” Só o homem é livre para ampliar sua consciência, só ele possui a liberdade de decidir, mas também só ele possui a liberdade de submeter-se à sua destinação como tarefa imposta pelo ‘self’. Dito em linguagem religiosa: “*Vocatus atque non vocatus Deus aderit*”. O que significa, que o homem é destinado pelo ‘self’, mesmo em sua liberdade.

O ego é limitado por valores que o transcendem, pois no inconsciente existe um centro transpessoal, o Self, de obscura intencionalidade, que fere e cura, que derruba e ergue. Diante da realidade, desse centro

transpessoal, os sonhos, as fantasias, as enfermidades, o coincidente e o que nos parece casual revestem-se de um novo sentido, quando os entendemos como “sinais” desse parceiro invisível com quem o ego compartilha a vida, o “Self”. O processo de individuação se faz pelo relacionamento do ego com o Self que lhe impõe limitações, as quais ele deverá seguir, e a transgressão delas despertará sempre culpabilidade. Esta culpa deve ser entendida não como a emoção experimentada quando não obedecemos aos padrões morais, mas como uma emoção experimentada quando desviamos da condição de totalidade. Para Jung a culpa é um elemento constitucional da psique humana, e tem como objetivo restaurar o sentido de totalidade da psique, estando em relação com a auto-realização do indivíduo.

Outro aspecto importante nesta posição de Jung é que, ao incluirmos o “outro lado”, introduzimos na vida consciente os “filamentos (do que ele chamou) da Sombra”. Esse outro obscuro em nós, que não pode ser visto pois não coincide com os padrões morais esperados, ou porque nunca veio à luz, sendo total escuridão. “E sendo total escuridão ela é a base para um novo ser, é a parte que se encontra em “potência”. Pois, “ela é aquilo que foi e está apodrecendo, e é aquilo que ainda não é e está germinando”.

O confronto com nossa escuridão, a Sombra, trata-se, sem dúvida de uma luta moral onde temos que enfrentar nossos próprios monstros, lembrando-os e conscientizando-os e, por isso, arrependendo-nos das faltas cometidas em relação aos outros, mas, sobre maneira com relação a nós mesmos. Pois, a moralidade coletiva aprova o auto-sacrifício e dá pouco espaço ao homem que tem força e esperança em si mesmo para ser um indivíduo pleno. Por isso, nossa culpa não se restringe só aos outros, mas sobretudo às nossas potencialidades negligenciadas. Sem dúvida, o confronto com este aspecto da Sombra é um problema moral, pois a quem o ego irá atender, à Sombra ou ao Superego? O que é certo e o que é errado? Todos nossos potenciais marginalizados aparecem no nossos sonhos como figuras marginalizadas fora da lei, cegas, leprosas, loucas, aprisionadas e agonizantes. Portanto, quando se quer trazer a totalidade à personalidade, curar esses cegos, loucos e aprisionados torna-se necessário, pois dando-lhes espaço restauramos a totalidade da psique.

No entanto, o nível mais profundo da escuridão e da Sombra estende-se além dos nossos pecados, crimes e omissões. A experiência do mal em nível arquetípico é impossível de ser humanizada, por isso ao longo dos tempos foi representada como força demoníaca e percebida como

algo exterior ao ego, de forma objetivada, como a representação cristã do inferno. Mas, o mal só se efetiva quando encontra um “ego humano” que compactue com ele. E como defender-se ou proteger-se contra forças desse tipo? Só pela opção do “ego” pelo Bem arquetípico, a contraparte do Mal arquetípico, transcendententes quanto à origem, o que não nos permite diferenciar onde começa um e termina o outro. Com certeza a moral humana não consegue extinguir o mal arquetípico, mas pode impedir a vivência ativa e a encarnação direta do mesmo. Só a força moral é que pode fazer frente a esse tipo de força. Compreendendo força moral, como a capacidade do indivíduo suportar o peso da própria unicidade, da própria diversidade, ou se se quiser da própria culpa, sem se identificar com essa, ou ainda, a capacidade de não desprezar-se pelo que se é.

Para terminar quero citar um trecho de uma carta de Jung em que ele resume de maneira belíssima, tudo o que estamos falando: “Temo-nos tornado participantes da vida divina, e temos de assumir uma nova responsabilidade para com o Self, que se exprime a si próprio na empreitada da nossa individuação. A individuação não significa apenas que o homem se tem tornado verdadeiramente humano como distinto do animal, porém que ele está para tornar-se também, parcialmente divino. Isso praticamente significa que ele se torna adulto, responsável pela sua existência, sabendo que não só depende de Deus mas que Deus também depende do homem. A relação entre o homem e Deus provavelmente tem de passar por uma certa mudança importante, em vez de propiciar louvores a um rei imprevisível ou prece de criança a um pai amoroso, a vida responsável e o cumprimento da vontade divina em nós serão a nossa forma de adoração para com Deus, e de comunicação com Ele. Sua bondade significa graça e luz, e seu lado escuro, a terrível tentação do poder.

Embora a encarnação divina seja uma acontecimento cósmico, ela só se manifesta empiricamente naqueles poucos indivíduos relativamente capazes de consciência o bastante para tomar decisões éticas, isto é, de se decidirem pelo bem. Portanto, Deus pode ser chamado de bom apenas porque Ele é capaz de manifestar sua bondade nas pessoas. Sua qualidade moral depende das pessoas. Eis o motivo porque Ele encarna. A individuação e a existência individual são indispensáveis para a transformação de Deus, o Criador”.

NOTAS

1. Jung, C.G. *Civilização em Transição*, Vol X das O.C. pp. 857..
2. idem.
3. Jung, C.G. *Memórias de C.G. Jung*, p. 174 e segs. citação encontrada em Jaffé, A. *O Mito do significado*. p. 97.
4. Jung, C.G. *Tipos psicológicos*, vol VI Obras Completas.
5. Jung, C.G. *O desenvolvimento da personalidade*, Vol XVII. pp. 289.
6. Jung, C.G. *Civilização em transição*, Vol. X O.C. p. 855.
7. id. p. 856.
8. Jaffé, Aniela. *O mito do significado*, p. 91.
9. "Chamado ou não chamado Deus está presente". Palavras do oráculo de Delfos aos Lacedemônios.
10. Hillman, James. *Uma busca interior em psicologia e religião*, p. 75.
11. *C.G. Jung Letters*, org. G. Adler e A. Jaffé, Bollingen Series XCV (Princeton: Princeton University Press, 1975) Vol. 2, p. 312n. Referência encontrada em Edinger E.F. *O encontro com o Self*. p. 92.

BIBLIOGRAFIA

- CLARKE, J.J. *Em busca de Jung*. Trad. Ruy Jungmann. R.J. Ediouro S.A., 1992.
- EDINGER, E.F. *O encontro com o Self*. 5ª ed., Trad. Alípio Correia de Franca Neto. S.P. Cultrix, 1986.
- JAFFÉ, ANIELA. *O mito do significado*. Trad. Danielo Caraminha da Silva, Dulce, 1983. Helena Pimentel da Silva. S.P. Cultrix.
- JUNG, C.G. *O desenvolvimento da Personalidade*. Vol. XVII. O.C. Trad. Frei Valdemar do Amaral. Petrópolis, Vozes, 1986.
- JUNG, C.G. *Civilização em transição*. Vol. X. O C. Trad. Lúcia Mathilde Endlich Orth Petrópolis, Vozes, 1993.
- HILLMAN, JAMES. *Uma busca interior em psicologia e religião*. Trad. Aracéli Martins Elman S.P. Ed. Paulinas, 1985.